



## SECRETARIA DE GOVERNO

### EDITAL

**PROCESSO Nº 165/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025**

Excelentíssimo senhor **ERALDO JOSÉ PEREIRA**, Prefeito Municipal de Cândido Mota - SP, após a designação do Agente de Contratação e sua comissão de contratação designada pela Portaria nº 2491/2024, de 27 de fevereiro de 2024, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2025**, do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO AMBULATÓRIO DE OFTALMOLOGIA, DO SERVIÇO SOCIAL, À REALIZAÇÃO DE EXAMES, AO USO DA ENFERMAGEM E À MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488/2007 e do Decreto Municipal nº 7077/2024, de 25 de janeiro de 2024 e das exigências estabelecidas neste edital.

A presente licitação atende as requisições da Secretaria de Saúde.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da comissão de Contratação; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.





## SECRETARIA DE GOVERNO

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	SECRETARIA DE SAÚDE
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	09:00 DO DIA 10/10/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	23:59 DO DIA 17/10/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	09:00 DO DIA 22/10/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	09:01 DO DIA 22/10/2025 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	<a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>
MODO DE DISPUTA	ABERTO

### 1. DO OBJETO.

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO AMBULATÓRIO DE OFTALMOLOGIA, DO SERVIÇO SOCIAL, À REALIZAÇÃO DE EXAMES, AO USO DA ENFERMAGEM E À MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço do ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DO CREDENCIAMENTO.

**3.1.** O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade **LICITATÓRIA PREGÃO**, em sua **FORMA ELETRÔNICA**.





## SECRETARIA DE GOVERNO

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.4.** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

**4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

**4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

**4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa





## SECRETARIA DE GOVERNO

condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**4.4.** Diante da simplicidade do objeto desse processo licitatório, **NÃO** será permitido no presente pregão a participação de empresas reunidas em consórcio.

Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**4.4.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**4.4.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**4.4.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**4.4.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.4.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.4.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

**4.4.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;

**4.4.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.4.8.** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**4.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**5.1.** O licitante que ofertou o **menor preço** deverá enviar, via sistema, através de campo







## SECRETARIA DE GOVERNO

próprio no Portal de Compras Públicas, **no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas**, contado da data da convocação, **os seguintes documentos**:

- a) **Proposta de preço final**, conforme item 6 deste Edital;
- b) **Documentação de Habilitação**, conforme item 8 deste Edital.

### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

**6.1.** A proposta de preço final **do licitante que apresentou o menor preço** deverá ser redigida em linguagem clara, perfeitamente legível, identificada e assinada pelo representante legal do licitante, conforme o modelo apresentado no Anexo II, enviada em campo próprio do Portal de Compras Públicas, em formato PDF, e conter, ainda:

**6.1.1.** Preço unitário e global, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com até 03 (três) casas decimais, considerando as condições do edital;

**6.1.2.** Descrição detalhada do produto, de acordo com o objeto do edital;

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Detentora.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

**6.6.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema. Após o início da sessão pública, não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.

### 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





## SECRETARIA DE GOVERNO

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,001 (UM MILÉSIMO DE REAL)**.

**7.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20 (vinte) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **03 (três) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.10.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**7.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores





## SECRETARIA DE GOVERNO

deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

**7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





## SECRETARIA DE GOVERNO

**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**7.28.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.28.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**7.28.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.28.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**7.29.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.29.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.29.2.** empresas brasileiras;

**7.29.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.29.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**7.30.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá iniciar, pelo sistema eletrônico, a negociação junto ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, nos itens fechados acima do valor máximo estipulado.

**7.30.1.** A negociação será realizada, obrigatoriamente, nos itens em que, finalizado a etapa de lances, esteja acima do valor máximo estipulado para a licitação.







## SECRETARIA DE GOVERNO

**7.30.2.** A negociação será realizada por item, através do sistema, apenas com o licitante mais bem classificado, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.30.3.** O prazo para negociação não será superior a 20 (vinte) minutos, para cada item, podendo, desde que justificado, ser prorrogado a critério do pregoeiro.

**7.31.** Encerrada a fase de lances e a fase de negociação, conforme o caso, o Agente de Contratação convocará **o licitante classificado em primeiro lugar para enviar a proposta de preço final e os documentos de habilitação**, nos termos deste edital.

### 8. DA HABILITAÇÃO.

**8.1.** O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar, por meio de campo próprio do Portal de Compras Públicas, **no prazo de até 48 horas**, em formato PDF, perfeitamente legíveis, os documentos relacionados nos subitens 8.2, 8.3, 8.4 e 8.5 para fins de habilitação.

**8.1.1.** Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá, através de diligência, solicitar documentações complementares pré-existente ao período de envio das documentações e proposta.

**8.1.2.** O não envio da documentação, dentro do prazo previsto, acarretará a inabilitação da licitante no processo.

#### **8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**8.2.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**8.2.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**8.2.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**8.2.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata





## SECRETARIA DE GOVERNO

o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**8.2.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**8.2.8.** Os documentos acima **deverão** estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**8.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**8.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa) mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.3.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

**8.3.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**8.3.5.** Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual **onde a empresa for sediada**;

**8.3.6.** Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa junto aos Tributos Municipais.

**8.3.6.1.** As empresas que **não tenham sua sede no município de Cândido Mota**, estão isentas da comprovação de regularidade junto ao município que estejam sediadas, podendo, a critério das mesmas, apresentar declaração (*Modelo anexo V*) de que a empresa não se encontra sediada no município de Cândido Mota.

**8.3.7.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

**8.4.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou





## SECRETARIA DE GOVERNO

extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**8.4.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### **8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

**8.5.1.** A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove(m) o fornecimento anterior de produtos idênticos ou similares ao objeto deste certame.

**8.5.1.1.** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da pessoa jurídica atestante, devidamente datado(s) e assinado(s) por seu representante legal ou sócio responsável, contendo identificação clara do emitente.

**8.5.1.2.** **Não serão aceitos atestados emitidos por pessoas físicas.**

### **8.6. DA HABILITAÇÃO TÉCNICO-SANITÁRIA DA LICITANTE PROVISORIAMENTE CLASSIFICADA EM 1º LUGAR**

**8.6.1.** A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá, quando convocada pelo pregoeiro, apresentar por meio do sistema eletrônico os seguintes documentos, sob pena de desclassificação do(s) item(ns):

**8.6.1.1.** Relação dos itens adjudicados, em planilha ou lista, contendo, para cada item:

**8.6.1.1.1.** nome do medicamento e dosagem;

**8.6.1.1.2.** CNPJ do laboratório cotado;

**8.6.1.1.3.** número completo do registro na ANVISA correspondente à apresentação ofertada;

**8.6.1.1.4.** quantidade por caixa (apresentação comercial).

**8.6.1.2.** **Documentos da licitante** (situação ativa/vigente):

**8.6.1.2.1.** Alvará/Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária municipal ou estadual, em nome da licitante;

**8.6.1.2.2.** Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e, quando aplicável, Autorização Especial (AE), expedidas pela ANVISA;

**8.6.1.2.3.** Certidão de Regularidade Técnica emitida pelo CRF da jurisdição da licitante.





## SECRETARIA DE GOVERNO

**8.6.1.3. Documentos do produto:** comprovação do registro do medicamento na ANVISA para cada item e apresentação ofertada (conforme anexo III do termo de referência).

**8.6.1.4.** A Licença Sanitária deverá estar dentro do prazo de validade; na hipótese de revalidação em curso, admitir-se-á a licença do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação requerido nos primeiros 120 (cento e vinte) dias do exercício.

**8.6.1.5.** A não apresentação integral da documentação no prazo fixado na convocação acarretará a desclassificação do(s) item(ns) correspondente(s).

**8.6.1.6.** Os documentos poderão ser autenticados de ofício pela Administração mediante consulta aos sítios oficiais dos órgãos emissores.

**8.7.** Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

**8.7.1.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**a)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**b)** A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**8.7.2.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

**8.8.** Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.9.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Agente de







## SECRETARIA DE GOVERNO

Contratação. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

**8.10.** Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Agente de Contratação, caso necessário.

**8.11.** Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos da legislação.

**8.12.** Os documentos digitalizados, ou seja, aqueles não expedidos pela internet, tais como Contrato Social, Contrato de trabalho, Balanços, entre outros, serão aceitos desde que estejam perfeitamente legíveis e em formato PDF.

**8.12.1.** A documentação original, referente aos arquivos digitalizados, somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

**8.12.2.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.13.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**8.14.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado “habilitado”.

## 9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**9.1.** Agente de Contratação examinará a proposta de menor preço quanto à adequação ao solicitado e classificará a proposta que atender aos requisitos do edital e de seus anexos.

**9.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**9.3.** As propostas também deverão conter:

**9.3.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca,





## SECRETARIA DE GOVERNO

modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Detentora.

**9.3.2.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**9.3.2.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**9.3.3.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**9.3.4.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**9.4.** Caso a proposta atenda às condições do edital e seus anexos, o Agente de Contratação passará ao exame dos documentos de habilitação do licitante.

**9.5.** Em caso de desclassificação da proposta, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

**9.6.** Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção, mediante consulta no Portal de Compras Públicas e nos seguintes cadastros:

- a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c)** Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

**9.6.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.6.2.** Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.7.** O Agente de Contratação examinará os documentos e considerará habilitado o licitante que atender às exigências constantes deste edital, inabilitando-o em caso contrário.

**9.8.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a





## SECRETARIA DE GOVERNO

substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- c)** Solicitar documentação complementar pré-existente ao período de envio das documentações.

**9.9.** Em qualquer fase da licitação, o Agente de Contratação ou a Autoridade Competente poderão promover diligência destinada à complementação de informações acerca de documentos exigidos neste edital e já apresentados pelo licitante.

**9.9.1.** Havendo necessidade de envio de informações ou documentos complementares, o licitante será convocado a enviá-los, via sistema, em prazo não inferior a 02 (duas) horas e não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

**9.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

**9.11.** Em caso de inabilitação, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de licitante que atenda aos requisitos de classificação e de habilitação.

**9.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.13.** O sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas disponibilizará as atas, relatórios e demais documentos, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

**9.14.** O Agente de Contratação ou a Autoridade Competente poderão suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

**9.15.** Na hipótese de necessidade de suspensão, a sessão pública será reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## 10. DOS RECURSOS.

**10.1.** Declarado o vencedor da licitação, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.





## SECRETARIA DE GOVERNO

**10.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

**10.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar contrarrazões, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

**10.4.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**10.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**10.6.** O recurso e a reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

**10.7.** Na elaboração da decisão acerca do recurso, o Agente de Contratação e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

**10.8.** Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal de Compras Públicas para obter a resposta ao recurso apresentado.

**10.9.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.10.** A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única, na forma prevista no inciso II do § 1º do artigo 165 da Lei Federal n 14.133/2021.

### 11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a







## SECRETARIA DE GOVERNO

sessão reaberta.

**11.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**11.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

**12.1.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, caberá ao Agente de Contratação encaminhar o processo licitatório à Autoridade Competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

**13.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### 14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**14.1.** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração homologará o processo licitatório e convocará o representante legal da empresa licitante para assinar a ata de registro de preços.

**14.2.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito de ter seu produto registrado, nos termos do Art. 90, da Lei Federal nº 14.133/93 e sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

**14.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

### 15. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO.

**15.1.** O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.

**15.2.** Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração Adotará as seguintes providências:

**15.2.1.** Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;





## SECRETARIA DE GOVERNO

**15.2.2.** Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

**15.2.3.** Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**15.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da Detentora o fornecimento desses documentos.

**15.3.1.** A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor da Ata, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

**15.3.2.** A administração Pública deverá realizar uma nova contação para confrontar com a solicitação da empresa.

**15.3.3.** Após a realização das cotações para verificar a variação do preço e encontrar o valor médio, a administração deverá aplicar o percentual de desconto ofertado pela licitante na data da sessão.

**15.4.** Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo à ata de registro de preços.

## 16. DA ENTREGA, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO.

**16.1.** A entrega, a fiscalização, a gestão e o recebimento do objeto serão realizados conforme as condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

## 17. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DA DETENTORA.

**17.1.** As obrigações da Administração e da Contratada encontram-se definidas no Termo de Referência, que integra este Edital para todos os fins.

## 18. DO PAGAMENTO.

**18.1.** A Detentora deverá apresentar fatura/nota fiscal dos produtos entregues, informando todos os dados de acordo com o empenho, sendo que, a Prefeitura de Cândido Mota efetuará o pagamento, em até **30 (trinta) dias corridos** após a o recebimento definitivo dos produtos solicitados e apresentação da nota fiscal correspondente.





## SECRETARIA DE GOVERNO

**18.2.** A Detentora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**18.2.1.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a Detentora adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a Detentora ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos da Administração.

**18.3.** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

**18.4.** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

**18.5.** Para fins de pagamento, a Detentora, deverá informar na Nota fiscal do produto entregue o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da Detentora.

**18.6.** Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95, da Lei n.º 14.133/21, quando se tratar de fornecimento não-contínuo, para os itens com prazo de execução imediata, integral e dos quais não resultem obrigações futuras.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 7.077/2024 de 25 de janeiro de 2024, o licitante/adjudicatário que:

**19.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**19.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**19.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**19.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**19.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**19.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**19.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**19.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;





## SECRETARIA DE GOVERNO

**19.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;  
**19.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;  
**19.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;  
**19.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**19.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**19.5.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**19.6.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município de Cândido Mota, as sanções administrativas previstas no ITEM 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**19.7. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** – Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**19.7.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**19.7.1.1. PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**19.7.1.2. PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo







## SECRETARIA DE GOVERNO

de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**19.7.1.3. PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

**19.7.1.4. PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**19.7.1.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

### 20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

**20.1.** Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

**20.2.** A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** **DEVERÃO** ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**20.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**20.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**20.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**20.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**20.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**20.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

**20.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir





## SECRETARIA DE GOVERNO

acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

### 21. DAS AMOSTRAS

**21.1.** Para a presente licitação, não será exigida a apresentação de amostras dos produtos ofertados como condição para habilitação ou para classificação da proposta.

**21.2.** A conformidade dos produtos será verificada de acordo com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e na proposta do licitante.

**21.3.** A Administração ressalva, no entanto, que a inexistência de exigência de amostras não isenta a Contratada da responsabilidade de fornecer produtos rigorosamente de acordo com as especificações contratadas, ficando sujeita às sanções administrativas e contratuais cabíveis em caso de não conformidade verificada durante a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

### 22. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

**22.1.** Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

### 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

**23.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**23.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos,





## SECRETARIA DE GOVERNO

independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**23.10.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**23.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.12.** A Prefeitura Municipal de Cândido Mota, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**23.12.1.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**23.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

**23.13.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**23.14.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Henrique Vasques, nº 180, em Cândido Mota/SP, nos dias úteis, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

**23.15.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:





## **SECRETARIA DE GOVERNO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME'S), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP'S) OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI);**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO SE ENCONTRA SEDIADA NO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA;**

**ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**

Cândido Mota/SP, em 08 de outubro de 2025.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA**  
**ERALDO JOSÉ PEREIRA**  
**Prefeito**







## SECRETARIA DE GOVERNO

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo em documento PDF a parte do edital.





**SECRETARIA DE GOVERNO**

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2025**

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2025, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA/SP

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

<b>NOME DE FANTASIA:</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>
<b>CEP:</b>	<b>E-MAIL:</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>NOME DO RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ A ATA:</b>	
<b>CPF:</b>	<b>RG:</b>

ITEM	QUANT.	UN. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	800	FRC	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS + VITAMINAS A E E LECITINA DE SOJA - FRASCO DE 100 ML		
2	2000	AMP	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DE BETAMETASONA 5 + 2mg/ml		
3	3000	AMP	BROMOPRIDA 10mg/ml AMPOLA COM 2ML		
4	3000	TB	COLAGENASE 0,01g + CLORANFENICOL 0,06g - TUBO COM 30g		
5	3000	AMP	COMPLEXO B AMPOLA COM 2ml		
6	3000	UN	10967 AMP DIPIRONA SODICA - 500 MG/ML - AMPOLA 2 ML		
7	2000		HIDROGEL, ESTERIL - TUBO 85g		
8	2000	AMP	LIDOCAINA 2% SEM VASO CONSTRUTOR, TUBETE COM 1,8ML		
9	300	FCO	LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONSTRITOR 20ML		
10	1000	TB	LIDOCAINA 2% GELÉIA TUBO COM 30g		
11	1000	AMP	METOCLOPRAMIDA 10mg/2ml AMPOLA COM 2ml		
12	8000	FCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO/ FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 130ML - 43431		
13	5000	TB	ACICLOVIR 50MG/GR, TUBO C/ 10 GR		
14	15000	CP	ACICLOVIR 200 mg		
15	500000	CP	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG 39009		
16	125000	CP	ACIDO FOLICO 5mg 29601		





**SECRETARIA DE GOVERNO**

17	3000	CP	ACIDO VALPRÓICO 50MG/ML, FRASCO C/ 100 ML		
18	5000	FLT	ÁGUA DESTILADA AMPOLA COM 10ML		
19	20000	CP	ALBENDAZOL - 400MG		
20	10000	FCO	ALBENDAZOL, SUSPENSÃO ORAL 40MG/ML, FRASCO COM 10ML		
21	20000	CP	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG		
22	120000	CP	ALOPURINOL 300mg		
23	120000	CP	ALOPURINOL COMPRIMIDO 100 MG		
24	200000	CP	ALPRAZOLAM 0,5 MG		
25	6000	FCO	AMBROXOL 30 MG/5ML, XAROPE ADULTO, FRASCO C/ 120 ML		
26	6000	FCO	AMBROXOL 15 MG/5ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO C/ 120 ML		
27	60000	CP	AMINOFILINA 100 MG		
28	60000	CP	AMIODARONA 200 MG		
29	200000	CP	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 mg		
30	100000	CP	AMOXILINA 500 MG - CAPSULA		
31	15000	FCO	AMOXICILINA, 50MG/ML, FRASCO 150 ML - PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL		
32	200000	CP	ANLODIPINO 10 MG COMP		
33	200000	CP	ANLODIPINO 5 MG		
34	350000	CP	ATENOLOL 50MG 34674		
35	10000	CP	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML - FRASCO 15ML		
36	80000	CP	AZITROMICINA 500 MG 48171		
37	5000	FCO-AMP	55851 - BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL		
38	1000	FCO	BENZOATO DE BENZILA 250 MG/ML, FRASCO COM 100 ML;		
39	100000	CP	BIPERIDENO - 2MG		
40	50000	CP	BISACODIL 5 MG - COMPR		
41	50000	CP	BROMAZEPAM 6 MG		
42	200000	CP	BROMOPRIDA 10MG		
43	8000	FCO	BROMOPRIDA COM 4 MG / ML - FRASCO COM 20ml		
44	150000	CP	CAPTOPRIL 25 MG - COMPRIMIDO		
45	10000	FCO	2480 - CARBAMAZEPINA SUSP. 2% FR. 100ml		
46	90000	CP	CARBONATO DE CÁLCIO COMPRIMIDO 500MG		
47	90000	CP	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500MG + 400 UI52103		
48	70000	CP	CARBONATO DE LÍTIO - 300MG		
49	150000	CP	CARVEDILOL 12.5MG 53170		
50	170000	CP	CARVEDILOL 25MG, CPR (21600)		
51	100000	CP	CARVEDILOL 3,125 MG		
52	100000	CP	CARVEDILOL 6,25 MG		
53	80000	CP	CEFALEXINA 500 MG - CAPSULA		





**SECRETARIA DE GOVERNO**

54	5000	FCO	CEFALEXINA 250 MG / 5 ML - SUSPENSÃO ORAL, FRASCO DE 100ml		
55	6000	TB	CETOCONAZOL, CREME 2%, BISNAGA COM 30G		
56	70000	CP	CILOSTAZOL 100 MG		
57	8000	CP	CIMETIDINA 200 MG		
58	60000	CP	16393 CPR CIPROFLOXACINO - 500MG		
59	30000	CP	CLOMIPRAMINA 25 MG - COMPR		
60	200000	CP	CLONAZEPAM 2MG		
61	10000	FCO	42548 - CLONAZEPAN 2.5MG FRASCO COM 20 ML		
62	10000	FCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9 %, SPRAY NASAL INFANTIL SEM CONSERVANTE, FRASCO C/50 ML		
63	50000	CP	CLORPROMAZINA 100mg		
64	50000	CP	CLORPROMAZINA 25 MG - COMPR		
65	3000	FCO	CLORPROMAZINA 40mg / ml, FRASCO COM 20 ml		
66	5000	FCO	DELTAMETRINA 0,02 mg/ml – FRASCO 100 ML - SHAMPOO		
67	10000	TB	DEXAMETASONA CREME 1MG/GR - 10 GR		
68	100000	CP	DEXCLORFENIRAMINA 2mg		
69	10000	FCO	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG/5 MG - FRASCO 120 ML		
70	30000	CP	DICLOFENACO DE SODIO 50MG		
71	18000	FCO	DIMETICONA GOTAS 75mg/ml FRASCO COM 15ml		
72	300000	CP	DIPIRONA SODICA 500MG 3280		
73	20000	FCO	DIPIRONA 500mg/ml GOTAS FRASCO COM 10ml		
74	210000	CP	DOXAZOSINA 2MG (34736)		
75	10000	CP	DOXICICLINA 100MG		
76	300000	CP	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG - ENALAPRIL 20 MG		
77	150000	CP	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG - ENALAPRIL - 5MG		
78	10000	CP	21582 - MALEATO DE ENALAPRIL 10MG COMP.		
79	2500	AMP	NORESTISTERONA, ENANTATO 50MG + ESTRADIO VALERATO 5MG/ML		
80	100000	CP	42386 - BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10MG		
81	50000	CP	ESPIRONOLACTONA 100mg		
82	300000	CP	ESPIRONOLACTONA 25MG		
83	70000	CP	FENITOINA 100MG		
84	100000	CP	FENOBARBITAL 100 MG		
85	6000	FCO	FENOTEROL GOTAS 5mg/1ml, FRASCO COM 20ml		
86	150000	CP	FINASTERIDA 5MG		
87	50000	CP	FLUCONAZOL 150mg		
88	200000	CP	FLUOXETINA - 20MG		
89	150000	CP	FUROSEMIDA 40 MG		
90	120000	CP	GINKGO BILOBA 80 MG		
91	10000	CP	HALOPERIDOL 5 MG		







## SECRETARIA DE GOVERNO

92	300000	CP	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG		
93	6000	FCO	Hidróxido de Alumínio, Suspensão 62mg/ml, Frasco c/ 100 ml		
94	10000	FCO	IBUPROFENO, SOLUÇÃO ORAL 50MG/ML, FRASCO COM 30 ML.		
95	150000	CP	IBUPROFENO 300MG		
96	30000	CP	IMIPRAMINA 25 MG - COMPR		
97	10000	FCO	INSULINA HUMANA NPH 100UI/ML - 10ML		
98	3000	FCO	INSULINA HUMANA REGULAR 100UI/ML - 10ML		
99	6000	FCO	BROMETO DE IPATRÓPIO SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 0,025% - FRASCO COM 20ml		
100	100000	CP	ISOSSORBIDA 40 MG 21282		
101	10000	CP	IVERMECTINA 6MG		
102	5000	FCO	LEVOMEPROMAZINA, SOLUÇÃO ORAL 40MG/ML, FRASCO COM 20ML		
103	50000	CP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG - COMPR		
104	50000	CP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG		
105	160000	CP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG 24793		
106	160000	CP	LEVOTIROXINA100 MCG		
107	160000	CP	LEVOTIROXINA 25MCG		
108	50000	CP	LORATADINA 10mg		
109	5000	FCO	LORATADINA, XAROPE 1MG/ML, FRASCO C/ 100ML		
110	5000	CP	MEBENDAZOL 100 MG - COMPRIMIDO		
111	1500	FCO	MEBENDAZOL 2% SUSP. ORAL - 30 ML		
112	5000	AMP	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA SUSPENSÃO INJETÁVEL 150 MG/ML - AMP 1ML		
113	100000	CP	METILDOPA - 250MG		
114	30000	CP	METRONIDAZOL 250mg		
115	5000	TB	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100MG/G, BISNAGA C/ 50GR + APLICADOR		
116	3000	FCO	58377 FRC BENZOILMETRONIDAZOL 40MG/ML - FRASCO DE 100 ML		
117	3000	TB	MICONAZOL, NITRATO CREME VAGINAL 20 MG/G (2%), BISNAGA COM 80G + APLICADOR - TUBO		
118	10000	TB	48294 TB NEOMICINA + BACITRACINA - BISNAGA COM 15g		
119	6000	TB	NISTATINA CREME VAGINAL, 25.000 UI/G, BISNAGA COM 60GR + APLICADOR		
120	6000	FCO	NISTATINA , SUSPENÇÃO ORAL 100.000 UI/ML, FRASCO C/ 50ML		
121	60000	CP	NITRAZEPAN 5 MG		
122	2.000	BL	NORETISTERONA 0,35mg		
123	30000	CP	NORFLOXACINO 400MG		
124	30000	CP	NORTRIPTILINA 25 MG - COMPR		
125	350000	CP	OMEPRAZOL - 20 MG		
126	150000	CP	25638 PARACETAMOL 500MG 39018		
127	5000	FCO	26923 - PARACETAMOL GTS 200 MG - FRASCO 15 ML		
128	10000	FCO	Polivitaminico gotas, frasco com 20 ml		





**SECRETARIA DE GOVERNO**

129	160000	CP	POLIVITAMINICO + SAIS MINERAIS - COMPR		
130	8000	FCO	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA SOLUÇÃO ORAL 3 MG/ML - FRASCO 60ML		
131	30000	CP	PREDNISONA 20MG		
132	60000	CP	PREDNISONA 5 MG		
133	200000	CP	PROMETAZINA 25MG		
134	60000	CP	PROPAFENONA, HCI 300 MG		
135	100000	CP	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG		
136	50000	SACHE	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL CLORETO DE SÓDIO 3,5G CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G CITRATO DE SÓDIO DIIDRATADO 2,9G GLICOSE 20G;		
137	3000	FCO	58709 - SALBUTAMOL 0,4MG/ML - 100ML		
138	5000	CP	SECNIDAZOL 1000mg		
139	250000	CP	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50mg - SERTRALINA 50 MG		
140	20000	CP	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG		
141	5000	FCO	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA SUSPENSÃO ORAL (40 + 8 MG)/ML, FRASCO COM 100ML		
142	150000	CP	Sulfato ferroso com 40 mg de Ferro elementar		
143	5000	FCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML - FRASCO 30ML		
144	100000	CP	TIAMINA, CLORIDRATO 300 MG, COMPRIMIDO		
145	80000	CP	GLIBENCLAMIDA 5MG		
146	200	FCO	ATROPINA SOLUÇÃO OFTÁLMICA 1%FRS 5ML 52099		
147	200	FCO	CICLOPENTOLATO CLORIDRATO 1% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML		
148	200	FCO	FENILEFRINA 10% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML		
149	200	FCO	30433 - FLUORESCINA SÓDICA 1% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA 3 ML		
150	100	FCO	Oxibuprocaina, cloridrato 4 mg/ml, solução oftálmica, frasco c/ 10 ml;		
151	100	FCO	31347 - PROXIMETACAINA 0,5% - SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML		
152	150	FCO	CETOROLACO DE TROMETAMINA 5MG/ML - COLÍRIO - FRASCO COM 5ml		
153	200	FCO	TROPICAMIDA - 10MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML		
154	2000	CP	ACIDO TIOCTICO - 600MG HR		
155	3000	CAPS	Atomoxetina 10 mg		
156	3000	CAPS	Atomoxetina 18 mg		
157	3000	CAPS	Atomoxetina 25 mg		
158	3000	CAPS	Atomoxetina 40 mg		
159	3000	CAPS	ATOMOXETINA 60 MG		
160	2000	CP	BAMIFILINA 300 MG		
161	30000	CP	40350 CPR BISOPROLOL 5MG		
162	30000	CP	BISOPROLOL 10MG		
163	30000	CP	BUPROPIONA 150MG (37272 OU 27425)		
164	1000	FCO-AMP	Ceftriaxona, pó para suspensão 1g IM com 3,5 ml (diluyente)		





**SECRETARIA DE GOVERNO**

165	1000	FCO-AMP	Ceftriaxona, pó para suspensão 500 mg, com diluente 2 ml		
166	1000	FCO	63187 - CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO - SOLUÇÃO OFTÁLMICA 0,35%, FRASCO COM 5 ML		
167	40000	CP	CITALOPRAM 20MG		
168	3000	CP	CLINDAMICINA 300MG 47299		
169	6000	CP	CLONIDINA 0.150MG		
170	30000	CP	21578 - CLOPIDOGREL 75 MG		
171	2000	CP	DEFLAZACORT 30mg		
172	2000	CP	DEFLAZACORT 6mg		
173	500	FCO	DEXAMETASONA 1MG/ML + TOBRAMICINA 3MG/ML - SUSPENSÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 5 ML		
174	20000	CP	53176 DILTIAZEM 60 MG		
175	15000	CP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG 34735		
176	30	FCO	57064 DOCTAR ANTICASPA 140ML		
177	1500	FCO	42432 - DOMPERIDONA 1MG/ML S.ORAL 100ML		
178	50000	CP	ESCITALOPRAM 20MG		
179	50000	CP	ESCITALOPRAM 10MG		
180	20000	TB	PROTETOR SOLAR FPS 60 - 120 ML		
181	10000	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 GR.		
182	12000	CP	GLICOSAMINA 500MG/ CONDROITINA 400MG		
183	12000	SACHE	GLICOSAMINA 1,5G/CONDROITINA 1,2G		
184	5000	CP	42457 - GLIMEPIRIDA 2MG		
185	5000	CP	GLIMEPIRIDA 4MG		
186	1000	AMP	60033 UN HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML - AMPOLA 5 ML		
187	6000	CP	47300 - HIDRALAZINA 25MG		
188	12000	AMP	28567 - SACARATO DE HIDROXIDO DE FERRO III SOLUÇÃO ENDOVENOSA		
189	20000	CP	INDAPAMIDA 1,5MG		
190	20000	FCO	LACTULOSE 667 MG/ML – FRASCO 120 ML		
191	10000	CP	LAMOTRIGINA 100MG		
192	10000	CP	LAMOTRIGINA 50MG		
193	2000	CP	LEVOFLOXACINO 750 MG - COMPRIMIDO		
194	35000	CP	42138 - LUTEINA + VITAMINA C + VITAMINA E + SAIS MINERAIS + SELENIO + ZINCO		
195	500	SACHE	MACROGOL 3350 17 GRAMAS (PEG LAX ADULTO).		
196	2000	CP	MEMANTINA 10MG		
197	25000	CP	25597 - CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG		
198	30000	CP	MIRTAZAPINA CPR 30MG (32353 OU 46201)		
199	1200	SACHE	37732 UN MONTELUCASTE SODICO 4MG - SACHE		
200	1000	FCO	42712 - OXCARBAZEPINA 60 MG/ML - XAROPE FRC C/ 100ML		
201	15000	CP	OXCARBAZEPINA 300MG		





**SECRETARIA DE GOVERNO**

202	15000	CP	OXCARBAZEPINA 600MG		
203	30000	CP	PAROXETINA 20 MG		
204	30000	CP	PREGABALINA 150MG (CP)		
205	40000	CP	PREGABALINA 75MG		
206	30000	CP	PROPATILNITRATO 10 MG		
207	15000	CP	QUETIAPINA 25 MG		
208	10000	CP	QUETIAPINA 50 MG - COMPRIMIDO		
209	1000	FCO	RISPERIDONA SOLUÇÃO ORAL 1MG/ML, FRASCO COM 30 ML		
210	20000	CP	RISPERIDONA 1 MG		
211	20000	CP	RISPERIDONA 2MG		
212	8000	BISN	SORBITOL + LAURILSULFATO DE SÓDIO 714mg/g+7,70mg/g - SOLUÇÃO RETAL		
213	100	AMP	TESTOSTERONA, UNDECILATO 250 MG/ML *GENÉRICO		
214	10000	CP	TIAMAZOL 10MG		
215	15000	CP	TOPIRAMATO 25MG - COMPRIMIDO		
216	15000	CP	TOPIRAMATO 50 MG.		
217	15000	CP	40309 TOPIRAMATO 100MG		
218	25000	CP	TRIMETAZIDINA 35MG		
219	35000	CP	48577 - VALSARTANA 160MG		
220	35000	CP	VALSARTANA 320 MG		
221	25000	CP	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG		
222	3000	FCO	20017 FRC FENOBARBITAL 4% GOTAS - 20 ML		
223	30000	CP	TIORIDAZINA 100MG		
224	300	FCO	TETRACAÍNA 1% + FENILEFRINA 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO C/ 10 ML;		
225	3000	FCO	OXCARBAZEPINA 600 MG - TRILEPTAL 600MG		
226	25000	CPR	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG		
227	25000	CPR	SUCCINATO DE METOPROLOL 100MG		
				<b>VALOR TOTAL</b>	

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1 Os valores cotados incluem todas as despesas com mão de obra, bem como todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, e ainda, os custos totais com o transporte e a entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração.
- 2 Está ciente de que as **entregas serão realizadas de forma fracionada**, por meio de Ordens de Fornecimento, e que deverá cumprir o prazo máximo de até **10 (dez) dias corridos para cada entrega**, conforme estabelecido no Termo de Referência (Anexo







## SECRETARIA DE GOVERNO

- I) do Edital, independentemente do valor e/ou da quantidade mínima solicitada em cada pedido.
- 3 A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.
  - 4 O fornecimento dos produtos será iniciado de acordo com o prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do Edital, a contar do recebimento, por parte da Detentora da Ata, da Ordem de Fornecimento ou documento similar emitido pela Administração.
  - 5 Não incide nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, para contratar com a Administração Pública.
  - 6 Todos os produtos fornecidos serão avaliados e inspecionados, conforme os requisitos e especificações detalhados no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, sujeitando-se à devolução e substituição imediata, às expensas da Detentora da Ata, caso não atendam à descrição exigida ou apresentem qualquer não conformidade ou má qualidade.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL





**SECRETARIA DE GOVERNO**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA  
(ME'S), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP'S) OU MICROEMPREENDEDOR  
INDIVIDUAL (MEI)**

À

Prefeitura Municipal de Cândido Mota  
Rua Henrique Vasques, nº 180, Centro  
CEP. 19880-039 – Cândido Mota- SP

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2025**

**[NOME DA EMPRESA]**, [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, s.a, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

( ) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

**OBSERVAÇÕES:**





## SECRETARIA DE GOVERNO

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR  
(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: \_\_\_\_\_





**SECRETARIA DE GOVERNO**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO MANTEM SUA SEDE OU DOMICÍLIO NO  
MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA**

À

Prefeitura Municipal de Cândido Mota

Rua Henrique Vasques, nº 180, Centro

CEP. 19880-039 – Cândido Mota- SP

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2025**

Declaro para os devidos fins, sob as penalidades da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, não mantém sua sede ou domicílio no município de Cândido Mota/SP, dessa forma, estando isenta de comprovar sua regularidade junto a Fazenda Municipal, conforme estipula o Decreto Municipal n.º 7077/2024.

..... de ..... de 2025.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
Nº do documento de identidade







**SECRETARIA DE GOVERNO**

**ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/20\_\_**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº \_\_\_\_/2025**

**PROCESSO Nº \_\_\_\_/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2025**

**VIGÊNCIA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025 À \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA  
FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE  
MEDICAMENTOS DESTINADOS AO  
ATENDIMENTO DO AMBULATÓRIO DE  
OFTALMOLOGIA, DO SERVIÇO SOCIAL, À  
REALIZAÇÃO DE EXAMES, AO USO DA  
ENFERMAGEM E À MANUTENÇÃO DA  
REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE  
ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CANDIDO MOTA – SP E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA  
ABAIXO:**

Aos \_\_\_\_ (\_\_) dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2025, na sede da Prefeitura Municipal de Candido Mota, CNPJ(MF) nº 46.179.958/0001-92, com sede na Rua Henrique Vasques, nº 180, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, o senhor **ERALDO JOSE PEREIRA**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado no município de Candido Mota, Estado de São Paulo, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 7.077, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**EMPRESA:** XXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX nº XXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXX, representada neste ato, por seu XXXXXXXXXXXXXXXX, o Senhor (a) XXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade (RG) nº XXXXXXXXXXXX-SSP/SP e CPF nº XXXXXXXXXXXX, **VENCEDORA DOS ITENS CUJO VALORES UNITÁRIOS ESTÃO DESCRITOS NO ITEM 2.1.**





## SECRETARIA DE GOVERNO

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO AMBULATÓRIO DE OFTALMOLOGIA, DO SERVIÇO SOCIAL, À REALIZAÇÃO DE EXAMES, AO USO DA ENFERMAGEM E À MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE** especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº XXX/2025, Processo nº XXX/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANT.	UN. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						R\$

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Cândido Mota.

**3.2.** A vigência da Ata poderá ser prorrogada por igual período, uma única vez, nos termos da legislação aplicável (art. 107 da Lei nº 14.133/2021) e conforme o Decreto Municipal nº 7.077/2024, desde que comprovada a vantagem para a Administração, e observadas as condições e requisitos legais para tal prorrogação, como a manutenção das condições originais e a regularidade fiscal e técnica da Detentora da Ata.

**3.3.** Os compromissos decorrentes desta Ata poderão ser formalizados durante sua vigência, e os respectivos contratos terão sua duração definida em conformidade com o disposto no Edital, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.1.** Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes, desde que esteja previsto no ato convocatório a possibilidade de prorrogação e renovação dos quantitativos conforme o Decreto Municipal nº 7077/2024.





## SECRETARIA DE GOVERNO

### CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO.

**5.1.** O prestador terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

**5.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços (Analisado caso através de Processo Administrativo Especial);

**5.1.2.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº14.133/21.

**5.1.3.** Caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados e comprovados os fatos;

**5.1.4.** Por razões de interesse público.

### CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADO.

**6.1.** O preço registrado poderá, justificadamente, ser objeto de **reequilíbrio econômico-financeiro**, para mais ou para menos.

**6.1.1.** Quando o preço de mercado se tornar inferior aos preços registrados, a Administração Adotará as seguintes providências:

**6.1.1.1.** Convocação do Detentor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

**6.1.1.2.** Liberar o Detentor do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;

**6.1.1.3.** Convocação dos demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**6.1.2.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o requerimento/proposta, devidamente comprovado e justificado, de equilíbrio econômico-financeiro para mais, deverá partir do fornecedor; que deverá ser feito acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição e/ou outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta ou no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços; e, do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da Detentora o fornecimento desses documentos.

**6.1.2.1.** A solicitação acima será objeto de análise por parte do Gestor da Ata, sendo facultada a aceitação ou não do pedido de revisão e posteriormente encaminhado ao setor do contrato.

**6.1.2.2.** A administração Pública deverá realizar uma nova cotação para confrontar com a solicitação da empresa.

**6.1.2.3.** Após a realização das cotações para verificar a variação do preço e encontrar o valor médio, a administração deverá aplicar o percentual de desconto ofertado pela





## SECRETARIA DE GOVERNO

licitante na data da sessão.

**6.1.3.** Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo à ata de registro de preços.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

**7.1.** Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da data-base fixada na Ata de Registro de Preços, aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

### CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

**8.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

**9.1.** A entrega e o recebimento do objeto contratado obedecerão integralmente às condições, prazos, locais e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante do Edital e desta Ata.

**9.2.** O recebimento estará condicionado à conferência e aceitação formal pela Administração, que verificará a conformidade do objeto entregue com as especificações técnicas e quantitativas exigidas.

**9.3.** Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada para substituir ou regularizar o objeto no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional para esta.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO.

**10.1.** A Detentora deverá apresentar fatura/nota fiscal correspondente ao produto entregue, contendo todos os dados exigidos no respectivo empenho. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Cândido Mota em **até 30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento definitivo dos produtos e da apresentação da nota fiscal devidamente regular.

**10.2.** A Detentora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária vigente, sob pena de devolução para correção.

**10.2.1.** Na hipótese de erros na nota fiscal ou de qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso até a adoção das medidas saneadoras pela Detentora. Regularizada a situação, o prazo de pagamento voltará a fluir integralmente, observada a ordem cronológica de pagamentos da Administração, nos termos da legislação aplicável.

**10.3.** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.







## SECRETARIA DE GOVERNO

**10.4.** Quando os recursos destinados à execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse ou financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados à efetiva liberação dos valores pelo respectivo órgão concedente.

**10.5.** Para fins de pagamento, a Detentora deverá indicar na nota fiscal o nome do banco, número da agência e da conta corrente de sua titularidade, na qual será realizado o crédito correspondente.

**10.6.** Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou instrumento equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de fornecimento não contínuo, de execução imediata e integral, do qual não resultem obrigações futuras.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO.

**11.1.** A execução da presente Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes será objeto de acompanhamento e fiscalização contínuos pela Administração Municipal, visando garantir a perfeita conformidade com as condições pactuadas e a Lei nº 14.133/2021.

**11.1.1.** Designação:

**11.1.1.1.** A Prefeitura Municipal de Cândido Mota designará formalmente, por ato próprio, servidor(es) ou comissão para atuar como Gestor(es) da Ata de Registro de Preços e Fiscal(is) dos Contratos dela decorrentes, conforme o disposto no artigo 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**11.1.2.** Atribuições do Fiscal do Contrato:

**11.1.2.1.** O Fiscal do Contrato terá a responsabilidade de acompanhar e verificar a conformidade da entrega do objeto com as especificações técnicas, quantidades, prazos de entrega, qualidade dos produtos, condições de embalagem, validade e armazenamento, bem como a regularidade da documentação fiscal e sanitária. Suas atribuições incluem, mas não se limitam a:

**11.1.2.1.1.** Acompanhar a entrega e o recebimento dos produtos, efetuando as verificações provisórias e definitivas.

**11.1.2.1.2.** Registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

**11.1.2.1.3.** Notificar formalmente a Detentora da Ata sobre quaisquer não conformidades, vícios, defeitos ou irregularidades, estabelecendo prazos para correção ou substituição.

**11.1.2.1.4.** Atestar as notas fiscais ou faturas após o recebimento definitivo e a verificação da conformidade dos produtos.

**11.1.3.** Atribuições do Gestor da Ata:





## SECRETARIA DE GOVERNO

**11.1.3.1.** O Gestor da Ata de Registro de Preços será responsável pela gestão global da Ata, incluindo, mas não se limitando a:

**11.1.3.1.1.** Acompanhar a utilização da Ata pelos órgãos participantes.

**11.1.3.1.2.** Monitorar a manutenção das condições de habilitação da Detentora da Ata.

**11.1.3.1.3.** Coordenar as ações de fiscalização.

**11.1.3.1.4.** Analisar as solicitações de revisão de preços.

**11.1.3.1.5.** Propor e instruir processos para aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual.

**11.1.3.1.6.** Promover a resolução de dúvidas, divergências e conflitos entre a Administração e a Detentora da Ata.

**11.1.4. Poder de Atuação:**

**11.1.4.1.** O(s) Gestor(es) e Fiscal(is) da Ata e dos contratos terão livre acesso aos dados e informações relacionados à entrega do objeto, podendo solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e documentos à Detentora da Ata, que deverá atender prontamente às requisições e determinações, sem que isso implique alteração das condições contratuais.

**11.1.5. Colaboração da Detentora:**

**11.1.5.1.** A Detentora da Ata obriga-se a acatar as determinações da fiscalização e da gestão da Ata, bem como a prestar todas as informações e documentações solicitadas, zelando pela transparência e boa-fé na execução.

**11.2.** A fiscalização não exime a contratada de sua responsabilidade quanto à qualidade, adequação, integridade e conformidade dos produtos fornecidos, bem como dos encargos decorrentes da contratação.

**11.3.** A administração designará os seguintes servidores, para realizar a Fiscalização e Gestão do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato administrativo, nos termos do Art.117, da Lei nº 14.133/2021:

GESTOR	FISCAL	SECRETARIA
Renata Maria Pereira da Mota Palma	Gisele Zancheta Vieira de Souza	Secretaria de Saúde

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DA DETENTORA.

**12.1.** As obrigações da Administração e da Contratada são aquelas previstas no Termo de Referência, que integra o Edital e esta Ata de Registro de Preços para todos os fins legais.





## SECRETARIA DE GOVERNO

**12.2.** Além do disposto no Termo de Referência, a Contratada obriga-se a cumprir integralmente as condições da proposta apresentada, respondendo por sua execução dentro dos prazos, quantidades e especificações estabelecidos.

**12.3.** Compete à Administração, sem prejuízo das demais atribuições legais:

**12.3.1.** acompanhar, fiscalizar e registrar o cumprimento das condições da presente Ata;

**12.3.2.** notificar a Contratada sobre eventuais irregularidades, fixando prazo para saneamento;

**12.3.3.** aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas em lei, no Edital e nesta Ata.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 7.077/2024 de 25 de janeiro de 2024, o licitante/adjudicatário que:

**13.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**13.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**13.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**13.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**13.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**13.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**13.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**13.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência;

**b)** Multa;

**c)** Impedimento de licitar e contratar;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:





## SECRETARIA DE GOVERNO

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**13.5.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**13.6.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Oficial do Município de Cândido Mota, as sanções administrativas previstas no ITEM 12.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**13.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.







## SECRETARIA DE GOVERNO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pela Prefeitura Municipal de Cândido Mota, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.

**15.1.** Incumbirá à Administração providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.

**16.1.** É eleito o Foro da Comarca de Cândido Mota para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e da Ata dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Cândido Mota, ..... de ..... de 2025.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA

**ERALDO JOSÉ PEREIRA**

Prefeito

\_\_\_\_\_  
EMPRESA

NOME

Cargo

### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

### FISCAL:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:

### GESTOR:

\_\_\_\_\_  
Nome:

RG:





**SECRETARIA DE GOVERNO**

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (REDAÇÃO DADA PELA  
RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

**ADMINISTRAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**DETENTORA:** \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº (DE ORIGEM):** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**





## SECRETARIA DE GOVERNO

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pela Administração:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela Detentora:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_





## SECRETARIA DE GOVERNO

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

### **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

### **FISCAL(IS) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

### **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

